

**PREFEITURA DO RECIFE**  
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos  
Juventude e Políticas Sobre Drogas  
**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

**Ata do Pleno Ordinário do CMAS Recife (Híbrida) do Conselho Municipal de  
Assistência Social do Recife**

**Ata do Pleno do CMAS de Nº 305**

**Local Virtual: <https://meet.google.com/yqo-pmgq-tim>**

**Data: 19 de maio de 2022**

**Aos 19 dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, às 14:00hs, de forma híbrida e presencial pelo link: <https://meet.google.com/yqo-pmgq-tim>, realizou-se a Reunião do Pleno Ordinário, sob a coordenação de Edson Lima - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Recife – CMAS, com a seguinte Pré-Pauta:**

- 1. Palavra do Presidente;**
- 2. Apresentação e votação da pauta;**
- 3. Apreciação das Atas dos Plenos Ordinário e Extraordinário de Abril / 2022;**
- 4. Apresentação da Sociedade Civil: a confirmar.**
- 5. Apresentação Governamental: “A Assistência Social na Pandemia”;**
- 6. Ajuste do Plano de Trabalho do CRAS Mustardinha;**
- 6.1 Demanda do MPPE: Audiência sobre Isenção Concurso Público.**
- 7. Relatório do Fórum Social das Resistências;**
- 8. Demandas das Comissões.**
  - 8.a) Comissão de Articulação e Política: Reunião Interconselhos - 15/06- Auditório Capiba- 15º andar- PCR-14 hrs.**
  - 8.b Comissão de Normas e Fiscalização: Deliberação sobre Normatização nº02/2022 CMAS: Participação e Apoio em Eventos;**
  - 8.c Comissão de Orçamento e Finanças: Deliberação sobre Demonstrativo do 1º Quadrimestre Financeiro 2022- FEAS.**
- 9. Informes**
  - 9.1 repasse das informações da 15º Conferência Municipal de Saúde.**

**Estiveram presentes: Edson Lima - Presidente do CMAS - SDSDHJPD; Alcilene Maria - Secretária de Educação; Andreza Silva, Barbara- Núcleo de Apoio a Criança com Câncer ; Kadja Camilo- Casa Rosa; Fagner Valença – SINDSEPRE; José Nilton - Representante de Usuários da Assistência Social; Jailson José- Representante de Usuários da Assistência Social; Luziana Maranhão Associação dos Terapeutas Ocupacionais – ATOPE; Marilucia Cordeiro; Projeto Barnabé; Silma Paula- SDSDHJPD; Robson da Silva - Representante de Usuários da Assistência Social; Rosa Maria-**

**Secretaria de Política Urbana e Licenciamento; Geferson- Representante de Usuários da Assistência Social. E as convidadas: Monica Albuquerque – Assistente Social do CMAS; Simone Ribeiro- Auxiliar Administrativo do CMAS; Ystefhani Barbalho - Secretária Executiva do CMAS; Ermelinda Gonçalves; Maria Ângela Oliveira – GGSUAS. Justificaram a ausência: Sueleide Duque – Secretaria de Educação; Aldenise Coelho – Projeto Rama; Cybelle Oliveira - SBB; Marcia Melo; Auxiliadora Pires - Secretaria de Governo e Participação Social; Andréa Coutinho - Secretaria de Política Urbana e Licenciamento; Roberta Jaroslavsky- Secretaria de Turismo e Lazer.**

Edson cumprimenta a todas e todos, e inicia a reunião com a leitura de um poema chamado “O direito das Crianças”, de Ruth Rocha, e faz referência aos direitos da criança e adolescente e também ao dia 18/05, que é o dia Mundial de Enfrentamento a violência Sexual contra Criança e Adolescente, para reflexão. Edson saúda a todos de forma virtual, os presentes na sala de reunião e apresenta Geruza Felizardo a Secretária Executiva de Assistência Social. Em seguida, ele faz a leitura da pauta da reunião, que é exibida em slide, e acrescenta mais pontos na pauta, que seriam alguns informes solicitados pelos conselheiros José Nilton, Fagner e Silma. É colocado para aprovação a Ata do mês de abril, onde todos aprovam. Edson informa que devido às demandas de Geruza Felizardo, a apresentação do 5º ponto da pauta teria que ser antecipado. Geruza saúda a todos e explica as dificuldades na pandemia, a iniciar pelos níveis de proteção, onde houve a necessidade do Plano de Contingência que foi dividido em 5 eixos, com orientação do Estado, baseado num decreto. Explicou toda preocupação com os idosos, exigindo a estratégia de distribuir materiais educativos de uma forma bem sistemática, de fazer a higienização de todos os equipamentos. Das visitas e todos os cuidados nas casas de acolhimento e nos serviços de CRAS e CREAS. Dentro do outro eixo, na organização de atendimento nas unidades, sob sinalização e embasamento que foram recebendo, muitos cuidados foram tomados como monitoramento. Foi criado uma dinâmica, suspendendo as visitas domiciliares, realizando acompanhamento de forma remota e criando uma dinâmica dentro dos serviços para evitar aglomerações. Distribuição de álcool gel e itens de higiene e limpeza feito com parcerias, não só para os usuários, mas também para as famílias acompanhadas pelos serviços, cumprindo as normas de afastar quem estava com sintomas e tentando incluir os profissionais da Assistência Social dentro dos grupos prioritários, sem infringir a norma Nacional. Foi uma época de apreensão, mas só alcançou o grupo prioritário quem estava na ponta. Geruza mostra nos slides todo serviço oferecido pelo Município para a população. Ainda no eixo de proteção e cuidado, os que

estavam na ponta dos serviços, como os trabalhadores que atuam com as pessoas em situação de rua e do Consultório de Rua, foi planejado como seria a imunização contra gripe para as pessoas em situação de rua, vendo também uma orientação sobre locais de banho e alimentação. Com essa preocupação, foi aberto o Abrigo Emergencial, onde foi aberto um Edital para Rede Hoteleira que quisesse acolher a população em situação de rua e também o Abrigo Edilza Pereira, aberto para COVID e depois ficou com este espaço permanente, para idoso com Covid, principalmente os de situação de rua. O Centro Pop também passou a fornecer alimentos nos diversos territórios da cidade. Como ação paralela tivemos a distribuição de cestas básicas, com recurso próprio do Município, além de outras cestas que o município recebeu de doação. O Auxílio Funeral foi feito com um contrato específico para o Covid. O Auxílio Municipal, beneficiou 21 mil pessoas, para os que não eram beneficiadas com o Bolsa família ou era, mas que tinha criança até 3 anos. Geruza apresenta o quadro de doações cedidas ao Município, para serem distribuídos para a população mais vulnerável: Mais de 2 mil cestas básicas, kits de higiene e alimentos. Também apresenta os Benefícios Eventuais e um quadro geral do aumento em todos os serviços e atendimentos feitos. Geruza relata que mesmo já saindo da pandemia, a desigualdade aumentou, junto com a economia que vem sendo impactadas pelo Governo Federal. Ela agradece e fica à disposição para perguntas e respostas. Edson agradece e abre para 10 min. de discussão em relação a essa pauta. Fagner pergunta se o Município tem proposta relacionada à Renda Básica e sobre o porquê da ausência de representante da SDSDHJPD na audiência da Renda Básica, e também de um representante da Secretaria de Finanças. Geruza responde que sabia dessa audiência, mas não recebeu o Ofício a tempo para desmarcar um compromisso, já tinha uma agenda que não podia transferir. O tema Renda Básica precisa de vários cuidados e tem uma repercussão no orçamento, vem sendo estudado junto com a SEPLAG, e o tema merece ser aprofundado, para não ser iniciado, e depois não ter continuidade. Renda Básica é permanente e Transferência de renda pode agir de outra forma. Ela não sabe dizer por que a Secretaria de Finanças não foi. Fagner ainda questiona sobre o ofício enviado pela ATAS em relação ao rodízio no início do ano, onde a Secretaria mandou a resposta de que argumentou que diminuiu e que o Governo Estadual tinha decidido manter o rodízio no mesmo momento do Ofício, baseado em dados que veio crescendo e depois diminuiu também. Fagner questiona sobre essas divergências de conduta entre o município e o Estado. Geruza responde que não sabe explicar a posição do governo Estadual, mas o Município tomou a decisão diante dos números que diminuiram e fez uma avaliação de cada coordenação de equipamento, que reavaliou quem poderia fazer visitas ou ficar em casa. Então foi feito um estudo na ponta e permitiu-se voltar. Fagner ainda

questiona se pode marcar uma reunião entre o CMAS, Os movimentos da Renda Básica e a Secretaria para estudar juntos sobre a Renda Básica. Robson também acha importante esse encontro para um diálogo. Edson confirma que vai acertar uma data para fazer essa reunião com o Comitê de Renda Básica, a Secretaria de Desenvolvimento Social e o CMAS. Geruza ainda explana sobre o Plano de Trabalho do CRAS Mustardinha. Ela relata que a Secretaria recebeu uma emenda para reforma de alguns equipamentos da Secretaria. Era uma casa de acolhida, lida Lucena e dois CRAS. Um desses CRAS, foi feito um Plano de Trabalho. Esse CRAS ia ser no Bidu Crause, mas na época que foi feito não se sabia que lá ia ser um COMPAZ. Foi feita a mudança então para Mustardinha e lá o terreno não comporta as 1000 famílias. Então foi feito ajuste, e redução de 1000 para 500 famílias, faz-se necessário que o CMAS aprove a mudança, para mandar a aprovação para o Ministério. Ângela diz que o Compaz no TOTÓ permanece com um CRAS no Equipamento e Geruza acrescenta que no entorno da região Mustardinha pretende-se abrir outro CRAS e o público vai ser atendido em outras unidades. Edson coloca em votação para aprovação ou não aprovação. Todos aprovam, Geruza agradece a todos e se compromete em fazer a reunião sobre renda básica. Edson agradece a Geruza e a Ângela pela participação. Edson passa para outro ponto de pauta que é referente a apresentação da Sociedade Civil, passando a palavra para Vladimir Reis, coordenador geral do Grupo de Trabalho em Prevenção Positivo - GTP, que é uma organização não-governamental, fundada por pessoas vivendo com HIV e AIDS, surgido há 20 anos atrás, sendo a primeira instituição da Região Nordeste e Norte do Brasil. Tem a necessidade do apoio da sociedade para que o Sistema Público de saúde proporcione as estratégias de prevenção e acolhimento aos que têm HIV. Neste momento existe uma epidemia e a situação está mais difícil, com pessoas chegando nos hospitais doentes e indo a óbito. A entidade tem a missão de atuar na sociedade incentivando o ativismo, visando desenvolvimento. Os públicos prioritários são homossexuais, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, pessoas vivendo com HIV e Aids. GBT, transexuais e homens que fazem sexo com outros homens. Atuam com profissionais do sexo e com pessoas em cárcere privado e os vulneráveis. Está situado na Rua Manuel Borba, 545. Na atuação política, é filiado a ABONG local e Nacional, Coordenação Colegiada da Articulação AIDS PE, e membro do Comitê de Prevenção e combate a Tortura do Estado de PE. Também tem o Programa Cidadania e Direitos Humanos com o projeto Espaço Coletivo, Confeitaria Escola e Cozinha Solidária, com apoio da Universidade Rural de PE e o Governo Americano proporcionando cursos. Tem o Programa de Prevenção IST/HIV/ AIDS; Projeto Mercadores de Ilusão; Projeto Fortalecer para Superar Preconceitos, voltado às unidades prisionais; Programa “Testar é Prevenir, prevenir é cuidar”; tem o Grupo de Teatro Turma da Prevenção.

Vladimir ainda demonstra, nos slides, os desafios da epidemia de HIV/AIDS no Brasil. Ele finaliza dizendo que o compromisso é com os sonhos, e convoca a todos a participar de um protesto no dia 20/05. Ele agradece a oportunidade. Edson parabeniza o trabalho e a luta em favor da causa. Luziânia agradece a disposição em aceitar o convite, e agradece pela emoção em defender a causa com compromisso, ainda parabeniza pelo excelente trabalho desenvolvido pela entidade. Mônica também parabeniza Vladimir por todo trabalho. José Hamilton relembra o trabalho que ele participou em São Paulo e parabeniza Vladimir. Vladimir saúda o CMAS por ter este novo formato de gerir o conselho. José Hamilton também saúda e parabeniza todo trabalho e luta de Vladimir. Vladimir agradece a todos. Edson passa para o próximo ponto da pauta: comunica sobre a demanda do Ministério Público, sobre a isenção em Concursos Públicos. Edson faz leitura do termo de Audiência do Ministério Público, relatando que esta audiência aconteceu no dia 16/05, onde Edson, como Presidente do CMAS, foi convocado e participou junto ao promotor, Dr Maxwell Lucena e a Gerente Geral do Departamento Jurídico, Carla Leon. Foram convocados para essa audiência do procedimento preparatório n: 020070003312021 instaurado com fim de melhor delimitar o objeto, visando a garantia do direito à inclusão social nos concursos públicos, promovido pela Prefeitura do Recife. Edson falou que considerava importante trazer a pauta do CMAS ao Pleno, para que todos tomassem conhecimento. O Promotor proferiu algumas deliberações, com nova audiência para o dia 11/08, às 09 horas, onde deverão estar presentes representantes da Secretaria de Administração e Procuradoria Geral do Município para tratar do estudo e viabilidade do projeto de lei, que tornaria isento da taxa de inscrição em Concurso Público, promovido pelo poder público Municipal, os Inscritos no CADÚnico e os doadores de medula óssea. Também deliberou por notificar para comparecer a audiência, a Secretaria de Administração e procuradoria Geral do Município, o CMAS e SDSHJPSD, e deliberou enviar por email cópia da Ata daquela reunião de audiência para os presentes. Foi lida essa Ata para que haja transparência em relação à participação nesta audiência do Ministério Público e também para saber como os conselheiros do CMAS se posiciona em relação a essa temática. Edson colocou para votação de todos a questão da isenção nos concursos da Prefeitura, dos que são inscritos no CADÚnico e dos doadores de medula, para que estes possam ter isenção ou não da taxa para concurso público. Todos votaram a favor da isenção da taxa. Edson passa para o próximo ponto da pauta: Participação no Fórum Social das Resistências - 26 a 30 de abril 2022, com a equipe do CMAS: José Nilton, Fagner Valença, Edson Lima e Ystefhani Barbalho, relatando em slides e explanando as discussões que cada um participou, a cada dia da viagem e do evento. Fagner, José Nilton, Edson e Ystefhani relataram o que viveram de experiência durante os dias em que

estiveram em Porto Alegre, trazendo contatos, livros, cartilhas e participação em passeata, palestras e museus relacionados ao tema. Fagner deixa uma crítica para o CNAS não ser tão engajado como outros conselhos. Edson informa que o relatório da viagem será enviado a todos os conselheiros via e-mail, e passa para o próximo ponto de pauta, exibido em slide. Em relação a Audiência Pública, Edson solicita que a Comissão de Articulação e Política, com o coordenador Jailton, faça uma avaliação com todos os integrantes desta Comissão, deste evento. E depois da avaliação da comissão, esta questão vai ser levada para o Pleno do mês de junho. Esta Comissão também está organizando a Reunião Interconselhos, que vai acontecer no dia 15/06, no Auditório da Prefeitura, as 09 horas. Essa reunião representa o diálogo entre Conselhos de Política Públicas e de Direitos que a Prefeitura do Recife tem de forma ativa hoje. A reunião tem o intuito de fazer discussões de pautas afins entre estes conselhos. Na próxima reunião da Comissão de Articulação vai se planejar esse evento de forma mais organizada. Passando para o ponto de pauta da Comissão de Normas e fiscalização, tem o ponto da Normatização, onde a Comissão já deu parecer favorável a essa Normatização e é colocado neste Pleno para que possa ser deliberado sobre a Normatização da Participação e Apoio em Eventos. Edson inicia a apresentação dessa Normatização em slides para que seja feita a deliberação dela. A construção da referida Normatização foi na reunião de maio/22, no planejamento desta Comissão estava para Abril, mas não houve tempo hábil para sua construção, e por isso ela está sendo apresentada neste pleno do mês de maio. A normatização prevista para maio, deve ser feita uma reunião extra, para dar conta da Normatização 3. Esta tem como tema: Normatização no 02: A participação em eventos do CMAS do Recife, está dividida em 3 fases. A primeira fase seria antes do evento, a segunda fase durante o evento e terceira fase é pós evento. Edson faz a leitura do que tem na normatização antes do Evento. Para FASE 1: antes do evento. No planejamento ou na iminência da realização de um evento trazido por um conselheiro(a), deve ser encaminhado para a Secretaria Executiva do CMAS, para primeira análise e adequação da participação. O evento deve estar relacionado à temática da Política de Assistência Social e o Controle Social. Análise Pertinência do CMAS na participação de eventos externos; 1.2: Após análise e aprovação da Secretaria Executiva e Presidência do CMAS, será encaminhado para discussão na Comissão de Articulação e Política, a qual submeterá a solicitação para o Pleno Ordinário ou Extraordinário; 1.3: Pela Comissão de Articulação e Política, será sugerido ao Pleno a participação do quantitativo de representações do CMAS. Preferencialmente em 3; 1 da sociedade Civil, um da Secretaria executiva e um do Governo, podendo ter até 5 representantes proporcionalmente, conforme necessidade e pertinência do evento: proporcionalmente seriam 2 da sociedade

civil, 2 do governo e um da Secretaria Executiva do CMAS; 1.4: no Pleno Ordinário ou Extraordinário serão deliberadas as representações do CMAS para o Evento, considerando as condições de: 1º- participação mínima de 75% nos Plenos, comissões a quais esteja vinculada e outras reuniões do CMAS; 2º-Quantidade máxima de 2 eventos por ano excetuando a presidência; 3º- disponibilidade e interesse no evento pela possível representação no CMAS; 1.5- Realização de reunião com representação do CMAS, para definição dos posicionamentos a serem apresentados no evento, com participação da Presidência e Secretaria Executiva. FASE 2: Durante o Evento: 2.1: Em cada turno de participação no evento, as representações do CMAS enviarão registro dos demais conselheiros e conselheiras; 2.2: Cada representação deverá registrar suas impressões e conteúdo, a partir do que foi abordado enquanto temática do evento; 2.3: as representações devem participar no mínimo de 75% da carga horária do evento. FASE 3: após o evento: 3.1: as representações do CMAS entregarão um relatório individual ou coletivo, com as impressões de todas as representações, à Presidência e Secretaria Executiva, no prazo máximo de 21 dias após o término do evento; 3.2: as representações do CMAS apresentarão uma síntese de participação do evento na primeira reunião do Pleno seguinte. No relatório sobre o evento constarão as seguintes partes: 1º- identificação, 2º- introdução, 3º- posicionamentos defendidos pela representações do CMAS, 4º- principais resultados e conclusões do evento e com possibilidade de contribuição ao CMAS, 5º- Comentários finais. 3.4: Caso não sejam realizados os itens 2.3, 3.1, 3.2 ( 2.3- a participação de 75% no evento, 3.1- a entrega do relatório, apresentação do relatório na reunião do Pleno, 3.2- apresentação do relatório na reunião do Pleno), Caso não seja realizado esses três itens, resultará em não participação daquela representação em outros eventos durante o exercício vigente. Edson informa que essas são as considerações da normatização e é colocado para deliberação do Pleno. Fagner questiona sobre a questão de um conselheiro ir mais de uma vez a um evento, e sugere que, quem já teve uma situação de viagem e tiver outra pessoa se colocando ou outras pessoas, é para ir às outras pessoas, e não quem já foi. Fagner afirma que não concorda com o item de no mínimo 2 viagens por ano, caso haja outras pessoas interessadas. E também não concorda que não tenha limite para presidência também, devendo haver alternância entre secretaria executiva. Luziana acha que se vai colocar limite duas vezes para representação, deve se colocar: “Salvo em raras exceções, porque pode acontecer que uma pessoa já foi duas vezes em um evento e que essa pessoa vai ser a única disponível e que não tenha outra pessoa com disponibilidade e causa impedimento a outra pessoa, com flexibilidade”. Edson informa que, em relação à presidência, não se pode ter estabelecido o número de participação igual aos demais conselheiros, porque muitas vezes a requisição/

convite é feito especificamente para participação da presidência, e por isso a presidência tem que ter uma parcela de possibilidade de ir muito maior do que os outros, mas que deveria ter alguma forma de flexibilização. Edson explica que os eventos significam atividades dentro do Município, e não somente fora do Município. A ideia é que tenha alternância. José Nilton ressalta a questão de gênero nas representações, com a equidade de gênero, o equilíbrio, e a dúvida se essa Normatização entraria como PMPI- Monitoramento. Edson diz que isso é uma representação do CMAS, em espaços de eventos. José Nilton diz que em relação às viagens, considera importante a participação das pessoas que tenham respaldo com a pauta da viagem, já que cada conselheiro tem sua expertise. Sobre a equidade de gênero, também é interessante. Sobre a conselheira que não pode ir para o evento. Que seja avisado antes, para não gerar empecilho a outro, além de que o CMAS vai ter que arcar com os custos. Fagner pontua sobre os eventos fora do Município, já que no Município todos Conselheiros podem ir. Edson avisa que está incluindo no item 1.4 - Com equidade de gênero. E no item 1.4.2 – Salvo por interesse do CMAS. Fagner fez duas ponderações: não poder ser duas viagens, a não ser que não tenha ninguém que queira participar e ponderou sobre não ter um limite de vezes pra presidência, salvo não ter como substituir. José Nilton pede para que os demais conselheiros se coloquem, se posicionem e enquanto CMAS, que se poder ir novamente, que se repita, mas que concorda com a rotatividade e que esse debate possa ser ampliado. Edson afirma que tem que ser deliberado nesse momento e a outra normatização, a de número 1, não teve esse mesmo processo, a deliberação ocorreu sem intervenções, como aconteceu nesta. O assunto está levantando outros pontos. O procedimento que foi feito na 1º normatização, está sendo igual nesta segunda. A presidência do CMAS, nessas situações em que o ofício vem direcionado, a presidência responde pelo CMAS e não deve seguir esta mesma quantidade de representações em relação aos demais Conselheiros e, como todo processo que está acontecendo, é colocado em votação aqui. Edson esclarece que a participação dele na 15º Conferência Municipal de Saúde, ele falará nos informes. Robson lembra que foi feita uma reformulação no Regimento, e que muitos estavam sobrecarregados nas visitas e não é justo com aqueles que estão numa participação presente e constante fique de fora. Então isso da pauta, já foi aprovado e não tem porque não aprovar, e ele é a favor, já que todos estavam cientes dessa reformulação do andamento das atividades com metas a cumprir. Edson então lembra que está sendo feito igual outra normatização, o processo tem que finalizar em 4 min, colocando item por item em processo de votação. Na alteração, sobre a equidade de gênero. Todos aprovam. Outra parte: Salvo raras exceções pelo interesse do Conselho. Kadja pede que seja feita uma correção ortográfica, sem alterar em nada, apenas para que fique claro que Luziana diz,



que é para qualquer conselheiro. Edson entende que os pontos que pela manifestação dos conselheiros não tiveram modificações, serão consideradas aprovadas. Jailton lembra que a posição de Fagner é contrária à Luziana, onde Edson então esclarece que Fagner é contrária à de Luziana, pois ele defende que não tenha nenhuma exceção em relação ao interesse do CMAS, para que um Conselheiro participe em mais de um evento representando o CMAS. Fagner diz que quer as coisas mais claras, pois diz que Luziana fala além das duas, ser ponderado uma terceira e ele fala que deve ser ponderado uma segunda. A proposta de Fagner é essa, que pode ser votada antes ou depois ou ao mesmo tempo. E Fagner diz que a proposta de Nilton fez um meio termo, entre as propostas que pode gerar um consenso, porque tem a haver com essa rotatividade. Fagner diz que Edson deve deixar escrito no item, que quando não for direcionado a presidência, a presidência falará com os Conselheiros, podendo perdurar para outras gestões essa informação. E questiona porque tem que ser votado neste Pleno, podendo ter ponderação e voltar em outro dia, já que já passava das 17:00 horas. Fagner afirma que já contribuiu, e por isso ele se ausentará do Pleno. Luziana lembra que a primeira parte que ele é contra, contra ser duas vezes a participação. Edson coloca em processo de votação, se não tiver ninguém contra o que Luziana posicionou. Essa parte: “Independente de ser um ou dois eventos”, se tem alguém contrário. José Nilton se posiciona que seja colocado em um português mais claro a pauta que está sendo votada, e que o que Luziana está colocando é o correto, porém o que o companheiro está colocando é a posição dele. José Nilton afirma estar enquanto Conselho coletivo e que esta votação não pode ser votada a revelia dos Conselheiros, com todos em entendimento, mas ele aprova a proposta de Luziana. Edson coloca em votação a proposta de Luziana, e esta é aprovada por todos. Edson coloca para votação a proposta 1(um): manter o texto originário com o máximo de 2 (dois) eventos por ano. Proposta dois: A alteração do texto: o máximo de 1 (um) evento por ano. José Nilton pede que seja mais claro e pede que tenha mais uma terceira opção, mais uma votação. Que não foi apresentada a terceira por falta de entendimento sendo o meio termo: a possibilidade de continuar como está, e se tiver mais eventos que dê a oportunidade para as pessoas irem para mais eventos. Edson diz que já está colocado isso, exatamente como Luziana falou e José Nilton concorda. Ficando aprovado por todos o texto original: quantidade máxima de 2 eventos por ano, com abstenção de Alcilene, com aprovação do restante dos conselheiros presentes. Assim, a normatização nº 02/2022 é aprovada, para ser publicada. Sobre as demais pautas desta reunião, que não houve tempo hábil para a discussão, como o demonstrativo financeiro, o Plano de monitoramento e os informes, os Conselheiros ficam convocados para um Pleno Extra na próxima semana. Edson agradece e finaliza a reunião.